

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: 1991

Data: 29.10.90

Pg.: _____

Entidades levam manifesto contra violência à ALE

As 40 entidades que organizam o movimento contra Violência e Impunidade entregaram ao presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Manoel do Carmo Chaves um manifesto contra a prática da violência, assassinato e genocídio na Amazônia. Reivindicando o empenho das autoridades para a defesa dos direitos do cidadão, as entidades lembram que a sociedade saberá cobrar dos que detêm algum tipo de poder, a participação na luta por uma vida mais digna.

A seguir o manifesto:

No momento em que deveria estar em curso o julgamento dos implicados no assassinato de Chico Mendes, marcado para o dia 25.10.90; quando completa-se um ano de existência a liminar da Justiça Federal de retirada dos garimpeiros da terra Yanomami e mais de dois anos se transcorrem desde a matança de 14 índios Tikuna (28.03.88),

Diante dessa falta de determinação política dos poderes Executivos, Federal e Estadual, as organizações do movimento popular e as entidades que as apóiam na luta em defesa dos direitos dos cidadãos reivindicam as seguintes medidas, em caráter de urgência:

1º A garantia da vida do povo Yanomami, através da retirada total dos garimpeiros de suas terras; a revogação dos decretos e portarias que criaram as "ilhas" e a demarcação da área tradicional contínua. Essa ação deverá ser complementada por um sistema rigoroso de fiscalização e controle das aeronaves que operam na região de garimpo e por um programa eficaz de atendimento para restabelecer as condições de saúde da população Yanomami.

2º Que se marque e efetue, o mais breve possível, o julgamento dos implicados no assassinato dos 14 índios Tikuna. Que se apure e julgue todos os implicados, inclusive os mandantes, do assassinato de Chico Mendes.

3º Que se cumpra as Constituições Federal e Estadual no que diz respeito aos direitos da população amazônica e se assegure a efetiva participação da sociedade na formulação das políticas e ações do governo para a região.

Só a exemplar punição dos executores e mandantes das atrocidades cometidas contra a população amazônica poderá inibir a continuidade e aumento de tais práticas.

Por isso, pedimos ao Poder Legislativo, como a Casa do Povo, que se empenhe na defesa dessas propostas colaborando, assim, para a implantação da verdadeira Justiça nesta terra.

Manaus, 26 de Outubro de 1990.
Forum Permanente de Debate da
Amazônia